

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas de pequeno porte e médio porte (CPC-PME), conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Base para opinião com ressalva

Recuperabilidade do Ativo Imobilizado (impairment)

Conforme a Nota Explicativa 10, o saldo do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 8.628k (R\$ 9.427k em 2023). Considerando os indicadores de impairment identificados, os quais estão atrelados à falta de evidência que suporte a renovação da concessão, a Administração, em conformidade com o CPC 01 (R1), deveria apresentar análises que demonstrassem a recuperabilidade do ativo imobilizado, utilizando o maior valor recuperável entre o valor em uso e valor justo menos custo de venda. A ausência de avaliação formal para mensurar o impacto nos ativos, impede a conclusão sobre a constituição de provisão para recuperabilidade.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que, devido à falta de evidência que suporte a renovação da concessão, existe uma incerteza material referente à habilidade da companhia de gerar fluxos de caixa além do prazo de concessão. Tais eventos ou condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	62.777	56.676
Custo dos serviços prestados	18	(38.111)	(32.183)
Lucro bruto		24.666	24.493
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	(150)	(167)
Despesas administrativas e tributárias	20	(698)	43
Despesa com perda de crédito esperada		(104)	(159)
Depreciação e amortização		(2.819)	(4.285)
Outras receitas operacionais		403	2.961
		(3.368)	(1.607)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		21.298	22.886
Resultado financeiro líquido	21	1.062	1.114
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		22.360	24.000
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(7.518)	(8.001)
Lucro líquido do exercício		14.842	15.999
Quantidade de ações		2.130	2.130
Lucro líquido por ação		6,97	7,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	14.842	15.999
Total do resultado abrangente do exercício	<u>14.842</u>	<u>15.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Dividendos propostos adicionais	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.116	14.908	421	3.662	-	23.107
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(15.999)	(15.999)
Resultado do exercício	-	-	-	-	15.999	15.999
Constituição da reserva legal	-	-	403	-	-	403
Dividendos	-	-	-	(3.662)	-	(3.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.116	14.908	823	-	-	19.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.842	-
Reservas de capital	-	-	-	-	(14.842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.116	14.908	823	-	-	19.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo as operações descontinuadas	22.360	24.000
Ajustes por		
Imposto de renda e contribuição social	(7.518)	(8.001)
Depreciação	99	187
Amortização	2.720	2.615
Depreciação de direito de uso	32	36
Provisões para demandas judiciais	(278)	(493)
Provisão/ reversão para perdas de créditos considerados incobráveis	104	159
	<u>17.519</u>	<u>18.503</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Aumento (redução) em contas a receber	(1.079)	(293)
Aumento (redução) tributos a recuperar	356	398
Aumento (redução) em outros ativos	(81)	233
Aumento (redução) em depósitos judiciais	(349)	5
Aumento (redução) em partes relacionadas	1.842	(48)
(Aumento) / Diminuição dos passivos		
Aumento (redução) em fornecedores	271	(189)
Aumento (redução) em salários e encargos	170	62
Aumento (redução) em tributos e contribuições sociais	7.423	7.935
Aumento (redução) obrigações com poder concedente	130	145
Aumento (redução) em outras contas a pagar	7	(1.112)
Aumento (redução) em partes relacionadas	201	(4.333)
Aumento (redução) passivo de arrendamento	5	24
Caixa usado das atividades operacionais	<u>26.416</u>	<u>21.330</u>
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(6.974)	(7.294)
Caixa líquido usado das atividades operacionais	<u>19.442</u>	<u>14.036</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(2.206)	(817)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos Pagos	(14.842)	(22.921)
Caixa proveniente (aplicado) das atividades de investimentos	<u>(17.048)</u>	<u>(23.738)</u>
Aumento líquido/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.394</u>	<u>(9.702)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início	5.801	15.503
Caixa e equivalentes de caixa no final	8.195	5.801
Aumento líquido/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.394</u>	<u>(9.702)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. (“Companhia” e/ou “Rodoviária do Rio”) é uma sociedade de capital fechado com sede à Avenida Francisco Bicalho, nº 1, Santo Cristo, na cidade e estado do Rio de Janeiro (Terminal Rodoviário Novo Rio) e filiais: (i) na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Feliciano Sodré, s/nº, Centro (Terminal Roberto Silveira); (ii) na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rodrigues Alves, 853, Santo Cristo (Edifício Garagem anexo ao Terminal Rodoviário Novo Rio).

A Companhia tem como objeto social o propósito específico do contrato de concessão de serviços públicos de administração, operação, manutenção, conservação e exploração comercial do Terminal Rodoviário Novo Rio e o respectivo edifício-garagem anexo, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos, na cidade de Niterói, RJ, mantido com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A concessão será pelo prazo de 30 anos a partir do término das obras de reforma e ampliação dos terminais Novo Rio e Roberto Silveira. Cabe ressaltar que possíveis ajustes referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser discutidos com o Poder Concedente podendo acarretar prorrogação no prazo final da concessão.

Nos termos do contrato de concessão a Companhia deve pagar mensalmente a CODERTE o seguinte:

- 5 (cinco) taxas de embarque de terminal por partida;
- 10% (dez por cento) da receita de arrecadação do estacionamento de veículos;
- 10% (dez por cento) do valor dos aluguéis das lojas e quichês; e
- 25% (vinte e cinco por cento) da receita da arrecadação das taxas de acompanhante.

Em 31 de agosto de 2015, foi assinado pelo Consórcio Novo Rio (CNR), pelo Estado do Rio de Janeiro (SETRANS) e pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) o quarto termo aditivo ao contrato de concessão onerosa para exploração do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos. O presente termo aditivo teve como objetivo substituir o CNR, como concessionário, pela Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., transferindo e cedendo a responsabilidade do Contrato de Concessão assinado pelas partes em 30 de agosto de 1990. Dessa forma, o Consórcio Novo Rio cedeu e transferiu para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., com a devida autorização do Estado do Rio de Janeiro e da CODERTE, todos os direitos e todas as obrigações do contrato de concessão, passando a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., a partir de 1º de outubro de 2015, a ser responsável pelo cumprimento da concessão onerosa, pela exploração, pela operação e pela administração, com exclusividade, do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos.

Conforme o quinto termo aditivo do contrato de concessão, o prazo de término do contrato do Terminal de Niterói estava previsto para 28/01/2025. No entanto, em 30/07/2024, a CODERTE nos enviou um ofício informando sobre o início dos trâmites para a prorrogação do contrato, unificando a data de término junto com o Terminal do Rio em 29/08/2025.

Cabe ressaltar que temos em esfera judicial 1 mandado de segurança em aberto e um processo de produção antecipada de provas, que tem por objetivo comprovar o desequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

O nosso processo de produção antecipada de provas resultou em um laudo pericial, concluído em 16/12/2024, que apontou um desequilíbrio no valor superior a R\$ 125 milhões. Contudo, este laudo está prestes a ser homologado.

Em 5/02/2025, a CODERTE enviou um ofício comunicando a retomada do terminal de Niterói, sob alegação de falta de provas do desequilíbrio, uma vez que o laudo pericial ainda não foi homologado. No dia 6 de fevereiro de 2025, realizamos a entrega do terminal de Niterói ao poder concedente.

Com relação ao Terminal Rodoviário do Rio de Janeiro S.A, a Diretoria da Concessionária têm ciência que existe incertezas relevantes em relação a continuidade operacional da Companhia, pois o contrato de concessão encerra-se em 29/08/2025 e até o presente momento não há evidências significativas que o prazo será estendido.

Atualmente está em curso um processo de produção antecipada de provas, cujo laudo pericial apontou o desequilíbrio superior a 125 milhões, a Administração aguarda a homologação do laudo pericial para que o poder concedente possa renovar o prazo de concessão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

i) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia aprovou, em 14 de abril de 2025 a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

iii) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. Políticas contábeis materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui saldo de caixa, de depósitos bancários, bem como aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, conversíveis em um montante conhecido e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os rendimentos auferidos sobre essas aplicações financeiras, até a data de encerramento do balanço, são acrescidos aos valores de custo e estão de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem ao seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de lojas e prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco e nível dos créditos, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

3.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no reconhecimento. Estão classificados nessa categoria os seguintes instrumentos financeiros: contas a receber de clientes, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e repasses a pagar.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia que não são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. São classificados nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos, pois não possui exposição a riscos de câmbio em função das características das suas operações.

3.4. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzidos de depreciação e amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos.

Os custos de certos itens do imobilizado reconhecidos em 16 de novembro de 2015 por meio de capitalização foram determinados com base em seu valor justo naquela data (vide Nota Explicativa nº 10).

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, e para os itens das Benfeitorias em imóveis de terceiros a Companhia amortiza pelo prazo do Contrato de Concessão, conforme Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5. Intangível

O intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referem-se ao sistema utilizado pela Companhia para aprimorar o controle, a produtividade e a eficiência dos departamentos. A amortização é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 11.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (financeiros e não financeiros)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos seus ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são registradas no resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração avaliou que não havia indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros, tendo em vista que a Companhia possui lucros recorrentes ao longo dos últimos anos. Para os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, não havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2024. As perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber foram reconhecidas no resultado, em contrapartida da provisão para perdas de crédito esperadas (apresentada no ativo circulante).

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

3.8. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, como base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas referidas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável. Para mais detalhes sobre as principais estimativas contábeis, relacionadas a provisão para perdas com crédito esperadas, a vida-útil de ativos e provisão para contingências veja respectivamente as notas explicativas nº 5, 10 e 24.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Nos anos de 2024 e 2023, o regime de tributação utilizado pela Companhia foi o "Lucro Real". De acordo com a legislação vigente, o valor do imposto de renda é apurado com base nos seguintes critérios: alíquota de 15% dos lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 9% dos lucros tributáveis, reconhecidos pelo regime de competência.

- Imposto de Renda: alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%;
- Contribuição Social: alíquota de 9%.

Essas despesas são reconhecidas no resultado do exercício.

3.11. Receita de contrato com cliente

A receita operacional é reconhecida pelo montante que reflita a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens e/ou serviços. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, eventualmente conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com a provisão para perdas de crédito esperadas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

- a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

- b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32: traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50: inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06: trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos das novas normas e alterações listadas acima e entende que sua adoção não provocará impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	240	121
Bancos	1.617	122
Fundo de investimentos em cotas (b)	2.099	5.048
Outras aplicações financeiras (d)	4.239	510
	<u>8.195</u>	<u>5.801</u>

- (a) Remunerado por taxas que variam entre 0,6373% e 0,8109% ao mês;

- (b) Depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos bancários, e às aplicações financeiras, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Taxa de embarque em terminais	25	24
Loações comerciais	4.465	3.500
Outros créditos de clientes a receber	126	13
Provisão para perdas de crédito esperadas	(519)	(414)
Total ativo circulante	<u>4.097</u>	<u>3.123</u>

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do *aging list*, provisionando os itens vencidos acima de 30 dias e outros itens a vencer para os quais exista perda esperada pela administração. Devido as características das contas a receber da Companhia, considerando também as perdas dos recebíveis a vencer e avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização daqueles ativos, sendo reconhecida a provisão no resultado.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser assim apresentada:

	<u>Valor</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(255)
Constituição	(159)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(414)</u>
Constituição	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(519)</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pagto. indevido ou a maior compensar	79	-
PER - rest. de tributos 2022	-	316
PIS a recuperar	141	162
COFINS a recuperar	649	747
	<u>869</u>	<u>1.225</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2021, os valores de IRPJ e CSLL, relativos a 2020, foram reclassificados para saldos negativos onde foram atualizados pela taxa Selic mensal. Em 06 de setembro de 2021, a Rodoviária do Rio formalizou junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil o pedido de restituição destes montantes.

Assim como em 2022, alguns valores mediante à PIS e COFINS não foram utilizados para compensação dos tributos mensais porque estão sendo analisados pela Companhia se podem ser utilizados no abatimento do recolhimento de tributos. Trata-se dos créditos referentes aos prestadores CODERTE e FUNDERJ.

7. Outras contas a receber

a) Transações e saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante		
SOCICAM - SIP (i)	1.117	1.063
	<u>1.117</u>	<u>1.063</u>

(i) Refere-se, principalmente, aos direitos a receber pela transferência dos funcionários em decorrência do contrato de concessão do Consórcio Novo Rio ter sido transferido para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., não havendo prazo para sua liquidação.

8. Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas e cíveis	552	203
	<u>552</u>	<u>203</u>

9. Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
RODERJ	974	547
SOCICAM	361	2.842
ASCOTRAN	487	274
	<u>1.822</u>	<u>3.663</u>

Refere-se a antecipações financeiras com empresas ligadas, sem correção de juros e sem data prevista para liquidação.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda.	9	3
	<u>9</u>	<u>3</u>

Refere-se as despesas que a sócia Socicam, e deverão ser reembolsada em 2025, sem a cobrança de juros.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Taxas anuais (%)	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido 2024	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido 2023
Máquinas e equipamentos	10	2.190	(1.538)	652	1.641	(1.269)	372
Computadores e periféricos	20	449	(415)	34	414	(406)	8
Móveis e utensílios	10	517	(249)	268	264	(191)	73
Benfeitorias em propriedades de terceiros	23,5 a 27,2	43.213	(35.570)	7.643	41.875	(32.901)	8.974
Veículos	20	12	(12)	-	12	(12)	-
Imobilizado em andamento	-	31	-	31	-	-	-
		<u>46.412</u>	<u>(37.784)</u>	<u>8.628</u>	<u>44.206</u>	<u>(34.779)</u>	<u>9.427</u>
	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.349	242	411	41.314	12	36	43.364
Adições	292	21	4	561	-	-	878
Transferências	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.641	263	415	41.875	12	-	44.206
Adições	549	253	34	1.338	-	620	2.794
Transferências	-	-	-	-	-	(588)	(588)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.190</u>	<u>516</u>	<u>449</u>	<u>43.213</u>	<u>12</u>	<u>32</u>	<u>46.412</u>

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxas anuais (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido 2024	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido 2023
Software	20	1.822	(1.779)	43	1.822	(1.707)	115
Direito de Uso	20	683	(662)	21	683	(634)	49
		<u>2.505</u>	<u>(2.441)</u>	<u>64</u>	<u>2.505</u>	<u>(2.341)</u>	<u>164</u>

	Softwares	Direito de Uso	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.802	683	2.485
Adições	20	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.822</u>	<u>683</u>	<u>2.505</u>
Adições	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.822</u>	<u>683</u>	<u>2.505</u>
Amortização Acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.684)	(657)	(2.341)
Adições	(23)	23	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(1.707)</u>	<u>(634)</u>	<u>(2.341)</u>
Adições	(72)	(28)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>(1.779)</u>	<u>(662)</u>	<u>(2.441)</u>
Valor Contábil Líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	118	26	144
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115	49	164
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43	21	64

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com a vida útil definida em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado na rubrica "Fornecedores" o montante total de R\$ 714 (R\$ 443 em 31 de dezembro de 2023), esse saldo está relacionado principalmente aos serviços contratados e fornecimento de materiais.

13. Compromissos com poder concedente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rio/CODERTE ⁽ⁱ⁾	1.127	1.000
Niterói/CODERTE - FUNDERJ ⁽ⁱ⁾	41	38
	<u>1.168</u>	<u>1.038</u>

(i) Todo dia 10 de cada mês é paga a outorga, podendo ser antecipado o pagamento no caso de feriados ou finais de semana.

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e ordenados	318	272
FGTS	55	50
INSS	142	147
IRRF	81	65
Provisão de férias e encargos	815	694
Outras obrigações	62	75
	<u>1.473</u>	<u>1.303</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e demais tributos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISSQN	235	236
PIS	80	80
COFINS	370	369
Outros tributos	85	65
	<u>770</u>	<u>750</u>
IRPJ	958	631
CSLL	338	237
	<u>1.296</u>	<u>868</u>
	<u>2.066</u>	<u>1.618</u>

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 17 de janeiro de 2022, foi registrado a Ata da assembleia geral extraordinária sobre a alteração contratual, onde houve deliberação da redução de Capital Social na forma permitida pelo artigo 173 da Lei nº 6.404/76, haja vista que o mesmo se tornou excessivo para cumprimento do objeto social da Companhia, a restituição às acionistas fora em moeda corrente do País, do valor de R\$ 6.600, razão pelo qual o capital social reduziu para R\$ 4.116.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia no final do exercício de 2024 e 2023 é de R\$4.116, representado por 2.023.819 ações ordinárias e 106.517 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações		Valor das ações	Participação no capital social
	ON	PN		
RODERJ	923.074	-	923.074	43,33%
SOCICAM	639.101	106.517	745.618	35,00%
ASCOTRAN	461.644	-	461.644	21,67%
Total	2.023.819	106.517	2.130.336	100,00%

16.2. Reservas de capital

a) Ágio na subscrição de ações preferenciais

Ágio na subscrição de ações preferenciais nominativas, pelo acionista SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda. (SAP), representado por bens oriundos do acervo patrimonial, da SOCICAM Terminais Rodoviários e Representações Ltda., no valor de R\$14.908, conforme laudo de avaliação datado de 10 de novembro de 2015.

16.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei n.º 6.404/76.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4. Destinação do resultado do exercício

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	14.842
Reserva legal (5%) - constituição (vide Nota Explicativa 16.3)	-
Resultado do exercício a ser destinado	<u>14.842</u>
Valor dos dividendos das ações preferenciais	742
Transferência de <i>know how</i>	1.686
Resultado Consórcio Novo Rio	51
SOCICAM	4.327
RODERJ	5.357
ASCOTRAN	2.679
Total	<u><u>14.842</u></u>

(i) Considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo, os dividendos acima propostos são o mínimo determinado pelo inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Serviços prestados	56.555	50.959
Comerciais / locações	15.683	14.323
	<u>72.238</u>	<u>65.282</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(1.195)	(1.090)
COFINS	(5.503)	(5.022)
ISS	(2.763)	(2.493)
	<u>(9.461)</u>	<u>(8.606)</u>
	<u><u>62.777</u></u>	<u><u>56.676</u></u>

18. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com pessoal	(8.468)	(8.286)
Serviços públicos	(6.037)	(5.386)
Serviços com pessoa jurídica	(1.412)	(1.387)
Outorgas pagas	(12.020)	(10.374)
Outros custos	(10.174)	(6.750)
	<u>(38.111)</u>	<u>(32.183)</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas com pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas com pessoal	(150)	(167)
	<u>(150)</u>	<u>(167)</u>

20. Despesas administrativas e tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Comunicação	(70)	(54)
Deslocamentos	(38)	(55)
Aluguel	(11)	(47)
Custas e indenizações judiciais	278	493
Outras despesas	(857)	(294)
	<u>(698)</u>	<u>43</u>

21. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicação financeira	473	1.259
Juros recebidos	56	59
Descontos obtidos	-	1
Atualização Selic	820	64
Outros rendimentos	1	24
	<u>1.350</u>	<u>1.407</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(102)	(94)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1)	(4)
Tarifas bancárias	(45)	(40)
Variações monetárias passivas	-	(36)
Descontos Concedidos	(140)	(119)
	<u>(288)</u>	<u>(293)</u>
	<u>1.062</u>	<u>1.114</u>

22. Imposto de renda e contribuição social corrente

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime de tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro real. A reconciliação entre as despesas de imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pelas alíquotas nominal e efetiva está assim demonstrada:

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	22.360	24.000
Alíquota nominal (34%) - IRPJ e CSLL	7.602	8.160
Adições		
Provisão para perdas de crédito esperada	155	384
Contingências cíveis	-	127
Demais adições	45	3
	<u>200</u>	<u>515</u>
Exclusões		
Receitas decorrentes de AVP	(2)	(24)
Reversão de Contingências Cíveis	(31)	-
Reversão de Contingências trabalhistas	(247)	(620)
Recuperação das perdas de crédito esperada	(50)	(225)
Arrendamento Mercantil IFRS 16	(48)	(42)
	<u>(378)</u>	<u>(911)</u>
Lucro/(prejuízo) contábil ajustado (*)	<u>22.181</u>	<u>23.602</u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente	(7.518)	(8.001)
Alíquota efetiva (%) - IRPJ e CSLL	<u>33,89%</u>	<u>33,90%</u>

23. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Classificação atual de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil	
		31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (nível 1)	Valor justo por meio de resultado	8.195	5.801
Contas a receber	Custo amortizado	4.097	3.123
Outras contas a receber com partes relacionadas em longo prazo	Custo amortizado	1.117	1.063
		<u>5.214</u>	<u>4.186</u>

Passivos financeiros

Ativos financeiros	Classificação atual de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil	
		31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	Custo amortizado	714	443
Repasses a pagar	Custo amortizado	1.168	1.038

Mensuração do valor justo-níveis de hierarquia

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que observáveis para o ativo ou passivo, direta (preço) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseado em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a moedas estrangeiras, como, por exemplo, o Dólar norte-americano (USD).

ii) Risco de taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia não incorre em risco com taxas de juros visto que seus financiamentos são contratados com taxas prefixadas.

iii) Risco de crédito

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é, principalmente, proveniente das contas a receber de locação. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área Financeira que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área Financeira, que investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

24. Provisão para demandas judiciais

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim representadas:

a) Contingências classificadas como perda provável

Os valores correspondentes as contingências classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão registradas no passivo não circulante.

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	312
Adições	-
Baixas	(247)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>65</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81
Adições	-
Baixas	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50
Saldo total em 2023	393
Saldo total em 2024	115

b) Contingências classificadas como perda possível

	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	403	855
Processos cíveis	288	-
	691	855

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em ações de natureza trabalhista. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 65 (R\$312 em 31 de dezembro de 2023) relativas aos processos classificados como perda provável para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte.

Adicionalmente, a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. possui processos classificados como perda possível no montante de R\$ 403 (R\$855 em 31 de dezembro de 2023) cujos pleitos são ações, em sua maioria, movidas por ex-funcionários e os principais pedidos referem-se à jornada de trabalho, danos materiais e danos morais.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em ações de natureza cível. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 50 (R\$81 em 31 de dezembro de 2023), relativas aos processos classificados como perda provável, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 288 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), classificados como perda possível.

25. Seguros - Não auditado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar ativos próprios, benfeitorias em propriedades de terceiros e negócios de eventuais sinistros, cujo total da cobertura de seguros é de R\$ 35.144 (R\$36.904 em 31 de dezembro de 2023) tendo como limite máximo de indenização de R\$35.144 (R\$36.904 em 31 de dezembro de 2023).

26. Eventos subsequentes

Aos 06 (seis) dias do mês de fevereiro do ano de 2025 a Rodoviária do Rio de Janeiro S/A, em razão do término do contrato de concessão Onerosa, celebrado em 30/08/1990, entrega para a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) todas as instalações do Terminal Rodoviário Roberto Silveira, localizado a Avenida Feliciano Sodré, s/nº, Centro, Niterói - RJ. Dessa forma, a partir desse momento a CODERTE é integralmente responsável pelo referido Terminal Rodoviário e por todas as ações ali ocorridas.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Diretor
Rodrigo Fernandes Toledo

Diretora
Roberta Faria

Eduardo Buzam Júnior
Contador
1SP243887/O-3
